

A4AI-Mozambique
Multi-stakeholder Coalition
April 6, 2017

Relatorio de actividades do Grupo
de Partilha de Infra-estruturas

Salvador Adriano, IS

Salvador.Adriano@is.co.mz



Agenda

- Introdução
- Actividades Desenvolvidas
- Ponto de Situação Actual
- Conclusão
- Proximos Passos



Introdução

- A Aliança A4AI iniciou as suas actividades em 2014 em Moçambique;
- Como resultado do Primeiro Forum, os Parceiros Nacionais criaram tres grupos de trabalho, com vista a endereçar as questões identificadas como barreiras ao acesso da banda larga a preços acessiveis em Moçambique, nomeadamente:

Introdução

- **O problema:** Quais são as barreiras em Moçambique a uma maior acessibilidade e uso da Internet de Banda Larga?
- **As metas:** Que objectivos e metas devem ser alcançadas para resolver tal questão? Qual é o resultado ideal tomando em conta o contexto Moçambicano?
- **As opções possíveis:** Como e que os problemas identificados poderão ser resolvidos ou mitigados?
- **Análise das melhores práticas de outros países e que Stakeholders devem ser envolvidos.**



Relatorio de Actividades

- Na reuniao da coligação de Maio 2015, O Sr. Mike Jensem, fez uma apresentação de varios modelos de partilha de infra-estruturas no Mundo, que criou as bases para a discussao do grupo e adaptação a realidade local.
- Foram realizados varios encontros entre as pessoas e instituições interessadas na materia, tendo o INCM partilhado com a Coligação os documentos que estavam no seu plano para discussao relativos a materia,

Relatorio de Actividades

- Na reuniao da coligação de Outubro de 2015, a Vieira de Almeida foi convidada a fazer uma abordagem juridica a questão da partilha de infra-estruturas.
- As questões em discussao em Moçambique eram (e continuam a ser):
- Porque e que os operadores nao partilham a infra-estrutura, mesmo havendo um regulamento de partilha de Infra-estruturas desde 2010?;
- Quais sao as barreiras a uma expansao dos Serviços de Banda Larga as Zonas Rurais?

Relatorio de Actividades

Resposta



- A primeira pergunta foi a mais trabalhada e se tudo correr bem, um novo regulamento ira ser aprovado, reflectindo as recomendações da coligação.
- A segunda pergunta foi tratada indirectamente, havendo ainda bastante para se fazer para garantir o acesso acessivel nas areas rurais ou mal servidas por servicos de Telecomunicações.



Relatorio de Actividades

- O grupo discutiu com varias partes interessadas o documento ainda em vigor de partilha de infra-estruturas, bem como o draft do ITED/ITUR sobre o qual o INCM estava trabalhando para submeter ao Governo;
- Pelo interesse que o assunto tinha, com base nos objectivos da coligacao e com ajuda de parceiros internacionais (Banco Mundial), a coligacao contratou a Vieira de Almeida para se debruçar sobre a materia, ajudando a coligação e o INCM a consolidar o documento, fazendo uso das licoes apreendidas do modelo Portugues e Internacional, com as necessarias adptacoes a realidade local;
- A reuniao da Coligação de 3 e 4 de Maio de 2016, voltou a debruçar-se sobre a materia, com inter-acções entre o resultado das discussoes locais do grupo nacional e todos os interessados (operadores) e do trabalho da Vieira de Almeida, que terminou com uma consulta Publica a 29/30 de Junho de 2016, tendo depois sido submetido ao regulador um document harmonizado com as varias contribuicoes;
- **NOTA. As varias contribuicoes e relatorios de progresso podem ser encontrados na pagina da Coligacao.**

Ponto de Situação Actual

- A Coligação submeteu ao INCM o documento harmonizado depois da Consulta Publica de Junho 2016, para os devidos procedimentos;
- A proposta sobre o regulamento de partilha de infra-estruturas ainda não foi submetida ao MCT, pois, foi constatado pelo INCM que a lei prevê a regulamentação específica, não apenas da passiva mas também partilha de infra-estruturas activas e na proposta do regulamento não se tinha acautelado um capítulo que tratasse da partilha activa. Havendo a necessidade de inclusão da parte activa e harmonização com as partes interessadas na material, entre operadores e interministerial, continua trabalhar-se no documento. O INCM preve submeter ao MTC o regulamento revisto ainda no 1 semestre de corrente ano.

Conclusão

- Com mais ou menos dificuldades, o grupo considera ter dado um contributo importante para o incremento da partilha de infra-estruturas em Moçambique;
- O grupo considera igualmente que a legislação a aprovar, se por um lado deva estimular a partilha, ela também deve obrigar em situações específicas, como forma de poupar recursos e tornar os serviços de telecomunicações mais acessíveis;
- Os objectivos da coligação, no caso do Mercado Moçambicano, continuam muito longe de serem conseguidos, nomeadamente levar a Banda Larga a preços acessíveis a todos os Moçambicanos



Proximos Passos:

- Monitorar até a aprovação a regulamentação da partilha de infra-estruturas;
- Discutir na presente reunião, novos pontos de interesse para a criação de novos grupos e ou novas matérias para que a coligação se debruce sobre elas;
- Considerar a pertinência ou não, da Coligação debruçar-se sobre o regulamento dos princípios de fixação de tarifas, assunto sobre o qual o INCM está trabalhando no presente momento

Proximos Passos:

- Considerar a abordagem das possibilidades de acesso público (ver por favor o capítulo sobre public access no último Affordability Report) como forma de trazer infra-estrutura, serviços, e actividades específicas às populações de baixo rendimento ou marginalizadas.
- Considerar trabalho, não só no contexto do "open access", mas principalmente no contexto de uma estratégia de acesso universal para Moçambique, onde o uso do FSAU se torne mais eficiente, transparente e com impacto mensurável para o desenvolvimento do país.



**Em nome do Grupo de Partilha
de Infra-estruturas, o nosso
muito obrigado**